

*Dimensões antropológicas,
psicológicas e sociológicas e
construção identitária em um curso
on-line de Português para migrantes
venezuelanos*

Lívia Márcia Tiba Rádis **BAPTISTA***

* Doutora em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas (2005). Professora Doutora Titular – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contato: liviamarufc@gmail.com.

Resumo:

Este estudo trata da dimensão identitária de aprendizes venezuelanos de português no contexto Sul-Sul (Assis, 2018; Baeninger, 2018; Pereira, 2018), participantes de um curso on-line de caráter extensionista. Consiste em um recorte de uma pesquisa em andamento que investiga os processos de constituição/negociação identitária de aprendizes venezuelanos focando nos posicionamentos emergentes em suas interações. Teoricamente a discussão, voltada à identidade e dimensão identitária, considera como basilares as contribuições dos autores Cuche (2002), Ennes e Marcon (2014) e Castells (2018a, 2018b). A pesquisa se caracteriza como qualitativa e de cunho interpretativista, sendo orientada metodologicamente por procedimentos da netnografia (Kozinets, 2010, 2014, 2020), um tipo particular de etnografia, alinhada às pesquisas qualitativas de base antropológica e social. Na análise, exploramos dados arquivais e dados de notas de campo do pesquisador. Quanto aos dados arquivais, priorizamos as atividades assíncronas, proporcionadas pelos formulários disponibilizados via Google Docs. Quanto aos dados de notas de campo, focamos nas notas tomadas ao longo da observação das aulas on-line. Os resultados do estudo reforçam a relevância na produção de materiais e sequências didáticas de temáticas problematizadoras que apontem para as percepções identitárias dos participantes com o intuito de contribuir para o engajamento social e linguístico da população migrante.

Palavras-chave: Constituição identitária; Português; população migrante.

Abstract:

This study focuses on the identity dimension of Venezuelan Portuguese learners in the South-South context. The participants are taking part in an online course as an extension activity. It is an excerpt from ongoing research examining Venezuelan learners' identity constitution and negotiation processes, focusing on emerging positions in their interactions. The discussion, theoretically, centers on identity and the identity dimension, drawing on the contributions of authors Cucho (2002), Ennes and Marcon (2014), and Castells (2018a, 2018b). The research is qualitative and interpretive and is guided methodologically by netnography procedures (Kozinets, 2010, 2014, 2020) - a specific type of ethnography aligned with qualitative research on an anthropological and social basis. The analysis involves archival data and data from the researcher's field notes. Archival data prioritizes asynchronous activities provided by forms available via Google Docs, while field notes focus on observations made during online classes. The study's results reinforce the importance of producing materials and teaching sequences that address themes related to the participants' identity perceptions to contribute to the social and linguistic engagement of the migrant population.

Keywords: Identity constitution; portuguese; migrant population.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v.27, n.3, p.68-83, dezembro. 2024
Recebido em: 28/06/2024
Aceito em: 11/12/2024

Dimensões antropológicas, psicológicas e sociológicas e construção identitária em um curso on-line de Português para migrantes venezuelanos¹

Lívia Márcia Tiba Rádís Baptista

INTRODUÇÃO

Sabemos que apesar de processos de deslocamento e trânsito humanos não serem fenômenos exclusivos da atual conjuntura, nessa ganham novos feições e nuances, ao modificarem e impactarem direta ou indiretamente a dinâmica econômica, política e social dos países de acolhida, como no caso do Brasil. Sendo assim, a natureza dos processos migratórios do século XXI abrange deslocamentos diversos entre países da região Sul-Sul, tais como os da imigração síria, haitiana, iraquiana, africana, coreana. Reúne migrações qualificadas, imigrações refugiadas, dentre as várias modalidades migratórias que compõem um vasto panorama de tendências de deslocamentos na contemporaneidade, em que as migrações Sul-Sul se consolidam e se destacam no cenário do que denominamos migrações transnacionais².

O panorama das migrações contemporâneas se insere em um complexo processo cujas motivações e causas são múltiplas, de distinta natureza, multifatoriais e interconectadas, sendo de cunho natural, laboral, étnica, religiosa, econômica, social, geopolítica, política e cultural, que o singularizam frente aos movimentos ocorridos anteriormente na história da humanidade. Nesta direção, tem se observado que, diferentemente de épocas anteriores de nossa história, uma tendência migratória se instalou a partir das décadas finais do século XX, caracterizada pela entrada no Brasil de pessoas procedentes de países vizinhos e de países africanos falantes de português. Além das migrações Sul-Sul, o Brasil se insere na rota migratória mundial, como é o caso da vinda dos sírios, conforme pontuam Calegari e Baeninger (2015), ou ainda, o caso dos haitianos (Baeninger *et al.*, 2016). Nesse contexto migratório Sul-Sul, dois momentos chamam a atenção, a saber, o primeiro, relativo ao ano de 2010, com a chegada de haitianos; e o segundo, aos anos de 2015 a 2016, com a chegada dos venezuelanos.

Portanto, ao menos idealmente, o país passa a ser visto como território de refúgio, de acolhida e de fluxo de deslocamento, compondo roteiros e itinerários no sentido da migração Sul-Sul, o que acentuou a necessidade de rever o entendimento sobre migração e população migrante³. Um exemplo desse fato constitui a Lei de Migração, Lei nº 13.445/2017, conhecida como Nova Lei de Migração Brasileira (NLM), que institui uma perspectiva da migração orientada pelos direitos humanos, reafirmando o repúdio à xenofobia, ao racismo e quaisquer formas de discriminação como um de seus princípios. Representa, assim, um esforço quanto à promoção dos direitos humanos, inclusão social e integração da população migrante no país. A referida lei revoga a Lei nº

¹ Revisado por: Frederico Ramos Oliveira.

² Conforme Stelzer (2009, p. 25): “A desterritorialização é uma das principais circunstâncias que molda o cenário transnacional, especialmente porque diz respeito ao aspecto além fronteira, pois não é o espaço estatal e também não é o espaço que liga dois ou mais espaços estatais. O território transnacional não é nem um nem outro e é um e outro, posto que se situa na fronteira transpassada, na borda permeável do Estado”.

³ Rossa e Menezes (2018, p. 383-401), ao discutirem as “novas tipologias migratórias”, observam que: “Mais do que classificar e rotular, devemos, antes, tentar compreender e captar as realidades de pessoas migrantes no Brasil, reconhecendo os limites das categorias existentes sem esquecer de problematizá-las”.

818, de 18 de setembro de 1949, e a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro) (Brasil, 1980, 2017).

Segundo Assis (2018, p. 621-622), a Lei de Migração (Lei 13.445/2017) contribui para eliminar o “ranço autoritário” presente nas legislações precedentes, porém permanecem contradições e paradoxos de um país que mostra um discurso de acolhimento aos imigrantes, mas simultaneamente, segue tratando determinados grupos dessa população como indesejados e criando mecanismos que podem facilitar a migração qualificada levando ao fortalecimento da seletividade migratória. Concordamos com esse autor acerca da necessidade de traduzir essa nova lei em práticas de acolhimento e de diálogo intercultural com os imigrantes contemporâneos, o que, por sua vez, consiste ainda em um desafio.

Salientamos que embora tenhamos observado um movimento necessário e relevante no que se refere a certos aspectos de uma política migratória no Brasil, urge somar esforços direcionados à proposição de ações mais incisivas no que tange à inclusão da população migrante. Por isso, é preciso priorizar ações que favoreçam e contribuam para a promoção de direitos humanos e de políticas públicas, e a inserção da população migrante em políticas relacionadas aos direitos humanos, ao trabalho, à educação, à saúde, ao acolhimento humanitário e ao combate ao trabalho análogo à escravidão.

Tendo em vista nossas considerações anteriores e com a finalidade de contribuir para a produção de conhecimentos acerca da problemática em tela, particularmente no que se refere à educação linguística, este trabalho tem como questão central compreender como se dá o processo de construção identitária de sujeitos venezuelanos em situação de imigração, baseando-se em suas percepções acerca desse “outro” espaço e dessa “outra” língua. Para tanto, nos voltamos para o contexto dessa parcela da população migrante⁴ na atualidade, com ênfase na análise de seus posicionamentos nos processos de constituição/negociação identitária. Neste sentido, consoante Frota Simões, Silva e Oliveira (2017, p. 9):

A imigração venezuelana no Brasil cresceu exponencialmente nos últimos anos e sua presença vem ganhando amplo destaque nos dados estatísticos e nos diferentes discursos políticos, acadêmicos e da mídia. Tem sido expressivo o número de venezuelanos chegando via fronteira norte do país, pela cidade de Pacaraima, no estado de Roraima. O número de solicitantes de refúgio venezuelanos passou de 829, em 2015, para 3.368, em 2016, e 7.600 venezuelanos pediram refúgio no país até junho de 2017. Da mesma forma que os chamados “novos fluxos migratórios” provenientes do sul global e iniciados a partir de 2010, como é o caso dos imigrantes haitianos, senegaleses e bengalis, entre outros, a imigração venezuelana também é caracterizada pela diversificação e possui diferentes origens: geográficas, sociais, culturais, entre outras.

Portanto, este trabalho, como dito, particulariza os aprendizes venezuelanos de português, tendo em vista que esses representam, no momento atual, um número significativo da população migrante. Articula-se ainda com atividades por nós desenvolvidas na pesquisa e na formação de professores, relacionadas com as línguas portuguesa e espanhola com ênfase nas relações discursivas, interculturais e linguísticas resultantes do estudo desse grupo em particular e, por fim, com as possibilidades analíticas e metodológicas proporcionadas pela netnografia para compreender como se dão as interações on-line, sobretudo, no contexto e conjuntura atuais.

Esclarecemos, igualmente, que este estudo consiste no recorte de uma pesquisa em andamento que investiga os processos de constituição/negociação identitária de aprendizes venezuelanos focando nos posicionamentos emergentes em suas interações no contexto de migração Sul-Sul⁵. No

⁴ Neste texto empregamos “população migrante” de forma mais generalista e “pessoas em situação de deslocamento forçado” quando aludimos a movimentos involuntários – tanto os que cruzam fronteiras internacionais quanto os que se deslocam dentro do mesmo país. Observamos igualmente que “refugiado” e “migrante” não são termos equivalentes, uma vez que cada uma corresponde a uma série de direitos e deveres próprios.

⁵ Este estudo foi desenvolvido a partir de investigações realizadas no âmbito de projeto de pesquisa “Processo de constituição/negociação identitária com foco nos posicionamentos emergentes nas interações de aprendizes venezuelanos de

estudo em tela, além das discussões sobre identidade a partir de Cuche (2002), Ennes e Marcon (2014) e Castells (2018a, 2018b), a serem detalhadas no próximo tópico, partimos do pressuposto de que os processos de construção/negociação identitária ocorrem em contextos marcados por relações de poder e que podem tomar três formas: “identidade legitimadora”, “identidade de resistência” e “identidade de projeto” (Castells, 2018a, p. 55-56). Dada a idiossincrasia desse processo, focalizamos as tensões entre as diferentes identidades negociadas pelos sujeitos nos distintos espaços de interação social, motivo pelo qual se torna necessário compreender como essa negociação se constitui, tendo presente os posicionamentos (Harré, 2012; Harré; Moghaddam, 1999; Harré; Slocum, 2003; Harré; Van Langenhove, 1999) construídos para si e para o outro nas interações.

Uma contribuição fundamental da referida teoria diz respeito à diferença estabelecida entre *posição* e *posicionamento*. Sendo assim, *posição* se refere a um lugar social, psicológico e discursivo, a partir do qual os sujeitos constroem determinadas imagens, narrativas (*story lines*) e conceitos importantes nas interações e práticas discursivas que englobam o eu e o outro. Diferentemente da noção de papéis (estáveis e fixos), considera que os sentidos são construídos nas interações, já que nós criamos posições para nós mesmos e para os outros nas diversas linhas de histórias – aqui referidas a um grupo de significado que orienta os sentidos de uma posição em dado contexto – geradas nas interações. Já *posicionamento* alude a uma *estratégia discursiva* que possibilita aos sujeitos assumirem, negociarem e rejeitarem posições, ou seja, remete a uma “construção discursiva de histórias pessoais que fazem as ações das pessoas inteligíveis e relativamente determinadas como atos sociais e dentro dos quais os membros de uma conversa têm locações específicas” (Harré; Van Langenhove, 1999, p. 14-16). Para os autores Harré e Van Langenhove (1999), embora os participantes assumam determinados papéis durante uma interação, esses estão sujeitos a mudanças, visto que, a todo momento, podem tomar diferentes posições no discurso. Tendo em vista tais mudanças e o dinamismo desse processo, a categoria proposta, qual seja, a de *posicionamento*, ainda que possa ser relacionada com a de *posição*, permite observar, de forma mais fluida, os deslocamentos operados, de forma estratégica, pelos sujeitos.

Diante do mencionado, por meio da identificação da *posição* e do *posicionamento* podemos elucidar como os sujeitos constroem estrategicamente imagens de si no discurso, já que acionam determinados *posicionamentos* a partir de determinadas *posições*. Devido à natureza dinâmica das práticas discursivas, a identificação desses *posicionamentos* e *posições* contribuirá para a compreensão dos processos de constituição/negociação identitária, tendo presente como esses sujeitos se posicionam e por qual razão o fazem, de determinada forma, no discurso⁶. Desse modo, consideramos que certos *posicionamentos* têm relação com movimentos de identificação, rejeição ou contestação de identidades; dado isso nossa aproximação com a proposição de Castells de “identidade legitimadora”, “identidade de resistência” e “identidade de projeto” (Castells, 2018a, p. 55-56). Daí, portanto, o destaque para os posicionamentos.

Depreende-se, portanto, ser fundamental a perspectiva dos sujeitos, particularmente seus posicionamentos, pois esses sujeitos constroem e atribuem sentidos às suas identidades nos diferentes momentos de socialização e interação experienciados. Para tanto, se indaga quais são os posicionamentos emergentes e como esses permitem identificar a imagem e a compreensão de si, problematizando como o processo de construção/negociação identitária está orientado por esses sujeitos e como nesse movimento se observa a emersão da “identidade legitimadora”, da “identidade de resistência” e da “identidade de projeto” (Castells, 2018a).

português como língua estrangeira, em situação de refúgio e de imigração no contexto Sul-Sul, netnografia e narrativas” (CNPq-Produtividade), particularizando a proposta do curso on-line, os temas nesse explorados, relacionando-os com as percepções identitárias. Prioriza-se, portanto, um estudo em que convergem contributos da sociologia, antropologia e psicologia social para aprofundar a compreensão acerca da construção identitária desse público.

⁶ Discurso aqui é entendido de acordo com Wodak (2003, p. 105) como “um complexo conjunto de atos linguísticos simultâneos e sequencialmente inter-relacionados que se manifestam dentro e através dos âmbitos sociais de ação como mostras semióticas (orais ou escritas e tematicamente interrelacionadas) e muito frequentemente como textos”.

Feitas essas considerações iniciais, cabe mencionar que, no concernente à organização, além desta introdução e das considerações finais, o artigo constitui-se de três seções. Na primeira apresentamos a discussão teórico-crítica, com o fim de explicitar em que consiste o entendimento sobre identidade e constituição identitária. Na segunda tratamos dos procedimentos metodológicos e com tal finalidade discorremos a respeito da natureza da pesquisa, escolhas metodológicas e metodologia utilizada na geração e análise dos dados. Por fim, na terceira seção nos dedicamos à discussão dos dados gerados.

PROCESSOS IDENTITÁRIOS, RELAÇÕES SOCIAIS E PODER

Tem-se como objetivo examinar de que modo se dá o processo de constituição/negociação identitária focalizando os posicionamentos emergentes nas interações de aprendizes venezuelanos de português, em situação de imigração no contexto Sul-Sul, em um curso on-line. Neste texto, priorizamos as “identidades legitimadora”, “de resistência” e “de projeto” e suas implicações no processo de constituição e negociação identitária a partir da análise de dados gerados em um curso on-line desenhado para esse público. Sendo assim, quanto à discussão teórico-crítica, interessa-nos explicitar em que consiste nosso entendimento sobre identidade e dimensão identitária e para tal fim recorreremos aos seguintes autores: Cucho (2002), Ennes e Marcon (2014) e Castells (2018a).

Para Cucho (2002, p. 182), o fato de a identidade ser uma construção social e do âmbito da representação não significa tratar-se de uma ilusão dependente da subjetividade dos agentes sociais. De acordo com esse autor, a construção das identidades se faz no interior de contextos sociais que condicionam a posição dos agentes e, por isso, esses contextos orientam suas representações e suas escolhas. Logo, a construção da identidade não pode ser vista como uma mera ilusão produzida pela subjetividade, pois é dotada de eficácia social, produz efeitos sociais reais e se concretiza em contextos por meio de posições socialmente assumidas.

Ennes e Marcon (2014, p. 274-305) questionam o que denominam como “abordagens culturalistas” da identidade que, segundo esses autores, levaram a um processo de despolitização, naturalização e ornamentação das diferenças. Para esses autores, certos usos da ideia de identidade reduziram o fenômeno às características e aos atributos substantivos do grupo social ou grupo cultural. Assim, a identidade é assimilada a um caráter descritivo, fixo, estável e determinista que serve para definir grupos, e, portanto, torna-se necessário questionar essa ideia, por ser redutora e simplificadora dos processos envolvidos na constituição identitária (Ennes; Marcon, 2014, p. 285).

De acordo com os autores supracitados, a análise dos processos identitários requer considerar as relações de poder geradoras de estratificação, hierarquização e localização e, em alguns casos, transgressão social. Essa perspectiva se opõe às análises orientadas pela identificação de atributos e elementos que serviriam para caracterizar certos grupos e expressar suas identidades tais como, por exemplo, gênero, cor de pele, nacionalidade, tradições culturais, entre outros. Os autores afirmam que esses atributos podem ser pensados como “marcadores produzidos ou construídos através das relações sociais” e conforme Ennes e Marcon (2014, p. 287) “o pertencimento e a alteridade são produzidos por meio de relações de poder”. Dessa feita, “nossas escolhas e sentidos de identificação resultam da maneira de nos pensarmos e de nos imaginarmos no mundo, a partir do contexto e das relações sociais nos quais estamos envolvidos”. Por isso, ao referirmos a processos de constituição identitária consideramos as relações de poder que demarcam estratificação, hierarquização e localização, ou ainda, transgressão social.

Já Castells (2018a, p. 55) observa que, do ponto de vista sociológico, “toda e qualquer identidade é construída”. Concordamos com o referido autor quanto ao fato de que no processo de construção de identidades “vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, por instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”. Consoante esse mesmo autor, sendo um pressuposto a tese de que as identidades são construídas, torna-se um ponto crucial saber como, a partir de que, por

quem e para que isso ocorre. Sendo assim, segundo o supracitado autor, “todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados e sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço”.

Dessa ótica, essas relações são fundamentais para compreender os posicionamentos assumidos pelos sujeitos na dinâmica das interações sociais. Além disso, conforme Ennes e Marcon (2014, p. 288-289)

[...] a análise dos processos identitários não pode prescindir de sua dimensão política, pois esses, ao mesmo tempo, produzem diferença como expressão de direito, mas também (re)criam desigualdades e relações de subordinação e dominação. Portanto, as análises sobre identidades nos remetem a um processo de localização social, fruto de coerções e facilitador da ação social, o qual deve ser compreendido com base em contextos históricos e sociais, o que, para nós, depende da distribuição de poder entre os indivíduos e grupos, bem como das regras ou da moral e dos costumes que neles se fazem presentes.

Convém sublinhar que nosso interesse se volta para os processos identitários, foco de nosso estudo e, sendo assim, corroboramos a proposição de Ennes e Marcon (2014, p. 293-300) de que para a compreensão desses processos é essencial ter em vista como os sujeitos se veem e são vistos socialmente, priorizando os sentidos de identificação e diferenciação e os argumentos implícitos ou explícitos que delimitam as fronteiras sociais físicas e imaginárias entre os grupos (Ennes; Marcon, 2014).

Tratando-se especificamente dos processos de constituição/negociação identitária, Castells (2018a, p. 55-56) observa que esses ocorrem em contextos marcados por relações de poder e podem se manifestar de três formas, a saber, como “identidade legitimadora” (ligada às instituições dominantes), “identidade de resistência” (geradas por atores sociais em posições desvalorizadas ou discriminadas) e “identidade de projeto” (produzida por atores sociais a partir de materiais culturais acessados por esses para redefinir sua posição na sociedade). Essa tipologia ilustra a diversidade de manifestações identitárias, expandindo nossa compreensão sobre a complexidade acerca dos processos de constituição/negociação identitária e, por isso, tratamos de cada uma dessas a seguir.

Segundo Castells (2018a, p. 55-56), a “identidade legitimadora” é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade cujo intuito é de ampliar e racionalizar sua dominação com respeito aos atores sociais. Por sua vez, a “identidade de resistência” é gerada por atores que se encontram em posições e condições estigmatizadas e/ou desvalorizadas na lógica da dominação e, desse modo, se constituem como “trincheiras de resistência e sobrevivência”, fundadas em princípios distintos ou opostos a essa lógica. Por fim, conforme esse autor, a “identidade de projeto” se constrói para redefinir sua posição na sociedade, buscando transformar toda a estrutura social e diferentemente das anteriores, restritas à resistência e sobrevivência, essa enfrenta a estrutura de produção e reprodução que historicamente se estabeleceu nas sociedades. Para Castells (2018a, p. 58), a “identidade de projeto” produz sujeitos, categoria por meio da qual se converte em ator social coletivo. Assim, “a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade”. Ainda de acordo com Castells (2018a, p. 58), “Como, e por quem, diferentes tipos de identidades são construídos, e com quais resultados, são questões que não podem ser abordadas em linhas gerais, abstratas: estão estritamente relacionadas a um contexto social”. Portanto, nossa discussão acerca da constituição/negociação identitária está situada historicamente em um contexto específico, qual seja, o das migrações Sul-Sul, posto que consoante Castells (2018a, p. 54), as identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação”.

Por fim, os autores citados sugerem que na análise social dos processos identitários levemos em conta os sujeitos, as formas e os embates por meio dos quais esses elaboram sua compreensão

acerca de si mesmos e acerca dos demais em condições específicas. Consoante esse entendimento, Ennes e Marcon (2014, p. 302-303) propõem compreender os processos identitários enquanto fenômeno social, com ênfase na dimensão das relações sociais e de poder. Esses mesmos autores mencionam quatro dimensões (atores sociais, disputa, normas/discursos e contextos sociais) para tratar dos processos identitários que contribuem para dar conta das relações através das quais se gera o pertencimento e a alteridade, a hierarquização e a transgressão social e os processos de classificação (Ennes; Marcon, 2014, p. 293-300).

Notamos que a análise dos processos identitários enquanto fenômeno social e relacional se robustece com o delineamento sugerido pelos autores supracitados, tendo em vista as dimensões citadas, a saber, atores sociais, disputa, normas/discursos e contextos sociais. Neste estudo, temos como sujeitos sociais aprendizes de português, que constituem um grupo significativo da população migrante, que vivenciam os processos de construção/negociação identitária, na conjuntura política e social em que um complexo movimento de deslocamento migratório contemporâneo – conhecido como “migrações Sul-Sul – que vem redesenhando construtos outrora fixos como os de nação e língua, por exemplo.

Feitas tais considerações, explicitamos a seguir aspectos concernentes à natureza da pesquisa, sujeitos e contexto, abordagem analítica (geração e análise de dados), instrumentos e análise.

UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA INTERDISCIPLINAR

A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa e de cunho interpretativista com o intuito de explicitar as relações por nós estabelecidas entre essas e sua articulação como construto metodológico escolhido. Conforme Flick (2009, p. 16-17), a pesquisa qualitativa parte da noção de construção social das realidades em estudo e se interessa pela perspectiva dos participantes, em suas práticas diárias e, ainda, por seu conhecimento cotidiano referente à questão em foco. Tal pesquisa permite empregar técnicas diversificadas e variadas na construção da investigação, viabilizando a escolha de distintos tipos, recortes e abordagens e uma opção diversificada de métodos para geração de dados, tipos de dados e métodos de análise. Pode assumir uma *abordagem naturalística* com relação ao mundo ou uma *postura interpretativa*; contudo, em vários contextos ambas são consideradas como diferentes em níveis epistemológicos e metodológicos. Neste trabalho assumimos o viés interpretativista, posto que esse permite considerar a ação humana significativa e destaca a subjetividade humana, mas, simultaneamente, não a considera como descolada do exercício e da prática de uma reflexividade crítica, buscando-se um equilíbrio entre posturas subjetivistas e objetivistas, tal como o sugerido por Schwandt (2006). Esclarecemos ainda que se trata de um trabalho interdisciplinar, baseado na sociologia – sobretudo em Castells – na psicologia social – Harré e Van Langenhove – e situado no contexto transdisciplinar das Ciências Humanas.

Delimitamos um grupo específico de sujeitos participantes do “Curso on-line de Português como Língua de Acolhimento para contexto de migração e fluxo forçado”, ofertado no segundo semestre de 2023 e devidamente registrado como atividade extensionista na Pró-Reitoria de Extensão da instituição pela coordenadora, autora deste estudo. A proposta de nossa análise e na qual se insere a problemática da construção identitária em tela provém desse contexto em particular. Trata-se, portanto, de uma abordagem interdisciplinar que enlaça sociologia, antropologia e psicologia social numa perspectiva transversal intrinsecamente relacionada ao tema da identidade da população migrante, sobretudo, a venezuelana.

O curso caracterizou-se por ser (a) on-line, (b) aberto, (c) multinível e (d) não-sequencial, com aulas independentes. Visou propor a elaboração de um material didático on-line a partir de temas relacionados com as necessidades de inclusão linguística e social desse público e com vistas a fomentar práticas linguísticas interculturais; propor vias e estratégias de ensino inovadoras para o português como língua de acolhimento no contexto Sul-Sul; contribuir para a criação de comunidades de aprendizagem em rede para esse público; promover a educação linguística,

contribuindo para o acesso à língua portuguesa por parte do público-alvo; contribuir para a capacitação de professores de Português como língua de acolhimento, para a criação de materiais didáticos on-line e para a produção de conhecimento sobre ensino e aprendizagem para a população migrante e, por fim, contribuir para a difusão do conhecimento sobre a problemática da migração no Sul-Sul no âmbito da pesquisa e extensão tanto interna como externamente à comunidade acadêmica.

Figura1- Material de inscrição e divulgação do curso



Fonte: Elaborado pelo(a/s) autor(a/es).

Foram organizadas aulas abertas on-line, gravadas e ofertadas por meio da Plataforma Zoom, às terças-feiras, com duração de duas horas semanais, para participantes (aprendizes do português e, particularmente, falantes de espanhol) que estabeleceram interação on-line. Vale notar que contamos com um total de noventa e três inscrições, via formulário eletrônico, sendo oitenta e uma da Venezuela, duas da Colômbia, três de Cuba, seis do Haiti e uma da República do Congo.

Após o término das inscrições e a comunicação com os inscritos, tivemos um público majoritário de venezuelanos, delineando o seguinte perfil: a) venezuelanos aprendizes de português participantes do curso e b) participantes maiores de 18 anos. Esse perfil foi definido tendo em vista os aprendizes que participaram do curso, ainda que o projeto de curso tivesse sido pensado para ser extensivo a outras nacionalidades e não exclusivamente a hispanofalantes.

O curso, de natureza introdutória, teve carga horária de vinte horas, sendo dez horas de forma síncrona e dez horas de forma assíncrona por meio da realização de atividades on-line. O curso contou com treze participantes que alcançaram 75% de frequência, de acordo com a exigência para certificação da atividade por parte da instituição. A condução das aulas on-line ficou a cargo de uma professora que atualmente desenvolve pesquisa na área acompanhada da coordenadora do projeto de extensão.

Figura 2- Material da proposta do curso

CURSO ON-LINE DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

B I U ↻ ↺

Seja bem -vindo e bem -vinda.

O Curso on-line de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) para contexto de migração e fluxo forçado visa proporcionar a esse público noções da língua portuguesa, buscando contribuir para a sua inclusão linguística e cultural. Tem carga horária de vinte (20) horas e é ofertado gratuitamente. Trata-se de um projeto de extensão e de pesquisa, sob responsabilidade da profa. XXXXXXXXX
(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

Informações: XXXXXXXXXXXXXXXX

E-mail *

E-mail válido

Este formulário está coletando e-mails. [Alterar configurações](#)

Nome completo *

Texto de resposta longa

Fonte: Elaborado pelo(a/s) autor(a/es).

Para fins de geração de dados, recorremos a procedimentos da netnografia, que consiste em um tipo particular de etnografia, alinhada às pesquisas qualitativas de base antropológica e social. Trata-se, em linhas gerais, de uma forma especializada de etnografia direcionada para comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um determinado fenômeno na internet. Sendo assim, sua abordagem adaptada permite explorar fóruns, grupos de notícias, redes sociais, blogs, entre outros. Salientamos que a netnografia não consiste em outro nome para a etnografia on-line, pois estamos diante de um modo específico para realizar pesquisa qualitativa a partir da articulação de diferentes métodos e procedimentos (Kozinets, 2010, 2014, 2020).

As abordagens et/netnográficas⁷ em comum priorizam o foco na experiência humana e na compreensão cultural, se interessam pelos contextos cotidianos das pessoas e pela investigação dos sistemas sociais de construção de sentido e inclusão da interpretação das práticas culturais dos pesquisadores e dos “pesquisados (Kozinets, 2020). Proporciona condições para focar a experiência dos sujeitos, explorando mais a fundo suas ações estratégicas manifestadas por meio de seus posicionamentos. Justificamos, assim, a opção pela orientação netnográfica por possibilitar gerar dados acerca de como aprendizes venezuelanos de português – ora entendidos como um grupo ou ainda uma microcultura – recorrem a determinados posicionamentos em suas interações no ambiente virtual do qual participaram.

Como qualquer outra abordagem de pesquisa, é preciso tomar decisões no que diz respeito a forma de geração de dados e a sua posterior análise e, desse modo, como ambas as dimensões estão imbricadas nessa seção são apresentadas conjuntamente. Quanto à geração de dados, são agrupados em três modalidades, a saber, dados de arquivo, dados extraídos e dados de notas de campo. A primeira modalidade (dados arquivais) consiste em copiar de forma direta comunicações mediadas por computador da própria página, site da comunidade ou grupo observado, fotos, trabalhos de arte e arquivos de som, ou seja, são dados não relacionados com a participação e com o envolvimento do pesquisador. A segunda (dados extraídos) referem-se àqueles criados pelo pesquisador por meio da interação com os participantes e aqueles levantados por meio de entrevistas por e-mail, bate-papo, mensagens instantâneas, dentre outras formas. Por fim, a terceira (dados de notas de campo) refere-se àqueles experienciados pelo pesquisador sobre as práticas comunicacionais das comunidades e suas interações e contam com a participação e o sentido de afiliação do pesquisador e dos participantes.

⁷ Para Kozinets (2010), a etnografia pura pode voltar-se para a interação cultural e para a geração de dados face a face ou pode ser totalmente realizada a partir da interação e geração de dados on-line. Já a etnografia mista abarca etnografia e netnografia, ou seja, coexistindo as duas formas de interação e geração de dados. Neste projeto, dada a relevância do ambiente on-line, optamos pela abordagem pura deste método, contudo eventualmente ao ampliarmos o estudo poderão ser viabilizadas interações face a face.

Neste trabalho, exploramos mais a fundo os dados arquivais e os dados de notas de campo de quem conduz a pesquisa. Quanto aos dados arquivais, priorizamos as atividades on-line elaboradas e realizadas pelos participantes, respondidas na forma de formulários via Google Docs. Quanto aos dados de notas de campo, focamos nas notas tomadas ao longo da observação da dinâmica das trocas comunicativas no ambiente, com foco nas aulas. Tais notas foram geradas ao longo da observação dos encontros on-line. Os procedimentos seguidos consistiram na observação das interações on-line das aulas e registros no *chat* e nas anotações do observado nas aulas na forma de notas de campo. A ênfase na primeira e na terceira modalidades teve por finalidade responder como e se os temas propostos nas aulas levariam à emergência de diferentes identidades, a saber, “identidade legitimadora”, a “identidade de resistência” e a “identidade de projeto” (Castells, 2018a, p. 55-56), tendo em vista a relação entre os seguintes temas: pertencimento, trabalho, empregabilidade, saúde e expectativas e a constituição identitária. Esse foco nos permite reavaliar como as identidades em construção podem ser afetadas no processo das interações nas aulas, mediante a proposição de certos temas, como detalharemos mais tarde.

Por fim, para aproximar-nos dos dados e analisá-los, estabelecemos como central a temática proposta para cada encontro e os objetivos propostos para aquele. Assim, nos interessou compreender como o tema abordado suscitaria certos posicionamentos e posições dos participantes que poderiam estar associadas à emergência de movimentos direcionados a fortalecer identidades, como a “identidade legitimadora”, a “identidade de resistência” e a “identidade de projeto” (Castells, 2018a, p. 55-56). Neste trabalho, trazemos resultados parciais, focando a possível relação entre o tema proposto na aula e a constituição identitária. Ressaltamos, igualmente, que aqui se trata da apresentação de um recorte do nosso estudo tido como relevante para a compreensão dos sentidos que se constroem para as identidades, com foco na produção de materiais e sequências didáticas.

ANÁLISE

Abordamos, a seguir, de maneira mais pontual os dados gerados e sua discussão, centrando-nos nos temas propostos para o curso, a saber, pertencimento, trabalho e empregabilidade, bem como as expectativas dos migrantes, a partir dos quais definimos a sequência didática das aulas, selecionamos os conteúdos linguísticos e os materiais. Assim sendo, tratamos de como se relacionaram tais temas com a emergência de determinados posicionamentos e posições e, por sua vez, como esses podem sugerir movimentos de estratégia discursiva que sinalizem para a negociação, aceitação ou rejeição de certas posições e para a emergência das “identidades legitimadora”, “de resistência” e “de projeto” (Castells, 2018a). Priorizamos, portanto, uma abordagem mais voltada para a dimensão antropológica e sociológica, no tocante às relações entre as identidades dos sujeitos, a aprendizagem e o ensino da língua.

Quadro 1 – Temas das aulas

Temas	Objetivos
Pertencimento	Discutir as diferenças regionais, levando os participantes a refletirem sobre as distintas realidades e experiências.
Trabalho e empregabilidade	Problematizar as experiências laborais focando na expectativa entre determinado perfil profissional e sua atuação e discutir aspectos valorizados na vida profissional, particularizando o currículo.
Expectativas	Discutir projetos e expectativas, refletindo sobre sua condição como cidadãos e migrantes no contexto brasileiro.

Fonte: Elaborado pelo(a/s) autor(a/es).

Quanto aos dados arquivais, são provenientes dos formulários on-line, juntamente com o das notas de campo resultantes das observações das interações on-line nas aulas e no *chat*. Não foi considerada aqui a primeira aula, cuja finalidade foi a apresentação da proposta e orientações gerais relativas ao curso.

Quanto ao tema *pertencimento*, a aula se desenvolveu objetivando que os participantes, a partir da apresentação de um mapa do Brasil, mencionassem sua localização, explicitando em que região, estado e/ou cidade estavam residindo. A opção por indagar sobre a procedência teve o intuito, de forma indireta, de permitir a discussão das diferenças regionais, levando os participantes a refletirem sobre as distintas realidades e experiências. Para tanto, ao elaborarmos o formulário de atividade destacamos a descrição do espaço em que vivem, daí a menção à “minha cidade” e ao “meu bairro”. Nossa premissa era a de que identificaríamos como os participantes se percebiam neste espaço ao sugerir que se vissem e se reconhecessem como parte desses espaços, da cidade e do bairro.

Quando indagados sobre a sua cidade, foram mencionadas três cidades da região Norte do país, duas do Sul, uma do Nordeste e uma do Sudeste, o que nos proporcionou identificar que no curso havia participantes de distintas regiões do país e nos levou a considerar como esses apresentariam sua cidade, destacando o que mais lhes chamava a atenção nela. Assim, quando indagados acerca do que havia em sua cidade, entre as respostas um participante aludiu a “cuba libre”, bebida que parece ser muito popular entre estudantes universitários em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Amazônia. Ademais, foram mencionados pelos participantes “Gentes, lojas, supermercados também tem muito jacaré”, “Tem muitas atrações gratuitas para curtir e relaxar”, “Praia lindas e muitos pontos turísticos”, “áreas verdes”. Essas referências sugerem que suas regiões oferecem qualidade de vida, algo valorizado positivamente. Já quanto ao que havia pouco na cidade, um participante mencionou “Tem poucos migrantes Venezuelanos”. Chama nossa atenção, pois é um dado concreto sobre a própria condição e menção à nacionalidade.

Tratando de forma mais particular dos bairros, além de citá-los nominalmente quando indagados sobre o que havia neles, mencionaram: “Padaria, igrejas, cuba libres”, “Tranquilidade, zonas verdes, perto de escolas, igrejas, piscinas, comércio”, “Muitas lojas, muitas igrejas, barbeiro”, “Padarias, mercados, igrejas e lojas de ferragens”, “Chácaras e universidades”, “muitas praças”, “posto de saúde, posto de gasolina, padaria, academia, igreja, escola, mecânico, praça”. Reitera-se em muitos exemplos a alusão à estrutura ofertada pelo bairro, em termos de comércio, espaços de lazer e saúde. Igualmente mencionam as igrejas, o que sugere ser esse um espaço importante para alguns participantes.

Quanto ao que não há no bairro citaram: “parques”, “praça”, “Rua asfaltada, por isso os ônibus não passam por perto”, “Shopping”, “Feiras livres”, “Posto de saúde”, “iluminação”, “parada de ônibus, loja de roupa, mercado”, “Não tem atacadão”, “Universidades perto”, “Parques, piscina e praia”, “Não tem zoológico” [*sic*]. Notamos a preocupação por condições de trânsito e transporte e acesso a lazer e compras, e, ainda, à educação.

Tratando do tema trabalho e empregabilidade, pretendíamos problematizar as experiências laborais dos participantes e, ao mesmo tempo, a expectativa entre determinado perfil profissional e sua atuação e discutir aspectos valorizados na vida profissional, com foco no currículo. Interessou-nos abordar as experiências profissionais, mas também de como essas estariam relacionadas com as experiências atuais. Sendo assim, no formulário de atividades solicitamos que refletissem sobre o que entendiam ser necessário para o exercício de algumas atividades, tais como recepcionista, professor/a, chef, motorista, enfermeiro/a, cozinheiro/a, vendedor/a, cuidador/a e bombeiro/a. Nossa ideia era a de levar a uma reflexão acerca de como nos prepararmos para o exercício de determinada atividade e profissão. Quanto às respostas, foram apontados como requisito para o exercício laboral a necessidade de conhecimentos básicos e de formação proporcionada por cursos específicos tanto em nível médio como em superior. Ademais, foram mencionados como necessárias capacidades de trabalho em equipe e de comunicação e

determinadas características pessoais como a de ter responsabilidade, paciência, presença, saúde, vocação, profissionalismo, experiência e habilidades inerentes para o exercício da atividade.

Quanto ao tema expectativas, pretendíamos tratar dos projetos e perspectivas dos participantes, refletindo sobre sua condição como cidadãos e migrantes no contexto brasileiro. Sendo assim, no formulário de atividades focamos em questões relativas às suas expectativas para o futuro; ao significado do acesso à língua portuguesa e a avaliação de sua aprendizagem nessa língua; às dificuldades com o português; ao desempenho na língua portuguesa e como o seu estudo pode contribuir para seu aperfeiçoamento. Elencamos a seguir algumas das respostas.

Quanto às questões relativas às suas expectativas para o futuro se destaca a menção à aprendizagem do português como fundamental para a viabilização de seus projetos que incluem, sobretudo, a permanência no país e/ou um provável retorno ao país de origem, a inserção no universo laboral e a independência econômica através do estabelecimento do próprio negócio no país, como forma de empreendimento.

Já quanto ao significado do acesso à língua portuguesa e a avaliação de sua aprendizagem nessa língua, se destaca a referência a poder interagir nessa língua, fazerem-se entender e comunicar com as pessoas e poder expressar-se de forma adequada. No que diz respeito às dificuldades com o português, embora reconheçamos aspectos relevantes relacionados ao estudo de semântica e lexicologia, são citadas e se destacam as relacionadas com a pronúncia, leitura e escrita nessa língua e ao falar de forma correta. Por fim, quanto ao desempenho na língua portuguesa e como o seu estudo pode contribuir para o próprio aperfeiçoamento, se destaca a menção à continuidade do aprendizado dessa língua e seu aperfeiçoamento e evolução; a necessidade de continuar com o aprendizado, recorrendo a cursos para o domínio dessa língua.

Quanto às notas de campo do pesquisador, proporcionaram pistas de como se dava a relação entre as temáticas abordadas no curso, a saber, pertencimento, trabalho e empregabilidade e expectativas e a emergência de determinados posicionamentos. Não podemos, contudo, afirmar que haja uma estreita conexão entre ambas, mas a escolha por determinado tema funciona como uma via para que se reafirmem certas identidades, de forma que essas identidades podem ser mais bem explicitadas, como comentamos a seguir.

Tratando dos temas pertencimento, trabalho e empregabilidade e expectativas, notamos que esses se associam mais diretamente à “identidade de projeto” e a “de resistência”, com certas nuances. No caso do tema pertencimento, observamos que se identificam com o local, salientando aspectos que consideram favoravelmente quanto à estrutura em termos de comércio, espaços de lazer e saúde bem como referenciam nominalmente bairros e regiões. No caso do tema trabalho e empregabilidade, não notamos uma demarcação muito clara entre a emergência das identidades, provavelmente por conta de certo distanciamento quanto à natureza das atividades profissionais elencadas, o que sugere que talvez não estivessem identificados com essas. Já quando passamos para o tema expectativas notamos a reiteração da menção ao próprio negócio, como forma de independência e estabilidade econômica e material emerge a “identidade de projeto” e “de resistência”. Desse modo, podemos aproximar os temas, uma vez que trabalho e empregabilidade são recuperados no tema expectativas.

Chama a atenção ainda a alusão a permanência no país e a de um provável retorno ao seu país de origem, ao ter alcançado uma melhoria e estabilidade econômica e material. Neste caso, se tornam mais explícitas a “identidade legitimadora” e “identidade de projeto”, em que oscila o desejo de permanecer no país com o de retornar, emergindo inclusive a referência ao local em que se encontram atualmente no país juntamente com o de sua origem. Tratando do tema expectativas, observamos que o aprendizado da língua portuguesa é entendido como fundamental para a permanência no país, a inserção no universo laboral e a independência econômica. Desse modo, são enfatizadas a “identidade de resistência” e a “identidade de projeto”, e, neste sentido, a língua é entendida como decisiva para a comunicação, entendimento, acolhida e pertencimento social. Notamos, assim, que os temas não são excludentes, se conectam e se aproximam, o que sugere que

as identidades sejam afetadas nesse movimento. No caso, a menção à língua, como visto, articula expectativas diversas, pessoais e laborais, de modo que os posicionamentos são afetados e mobilizados.

Quadro 2 – Temas e percepções identitárias

Temas	Percepções identitárias
Pertencimento	Identidade de projeto e de resistência
Trabalho e empregabilidade	Identidade de projeto e de resistência
Expectativas	Identidade legitimadora, de resistência e identidade de projeto

Fonte: Elaborado pelo(a/s) autor(a/es).

Diante do exposto, nas nossas notas de campo, provenientes das observações das aulas on-line, notamos que as temáticas abordadas possibilitaram a emergência de “identidade de resistência” e “de projeto”, sendo menos explícita a “legitimadora”, o que sugere que ao desenhar nossos cursos é importante ter em conta como os temas propostos podem ser problematizadores para a inclusão da população migrante que participa de nossas aulas on-line. Observamos ainda que os temas explorados na aula podem nos proporcionar indícios de como os participantes se percebem no que diz respeito ao contexto linguístico e social do país e como a representação sobre a língua reiterada é a de uma via importante para a expressão, comunicação e melhoria de sua situação no país. Observamos que houve somente uma menção ao Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (*Celpe-Bras*), o que sugere que a preocupação primordial para a aprendizagem do português esteja relacionada com a sua performance em termos de interação e em termos de acesso aos espaços de convivência e laborais, o que acaba por atenuar a presença da “identidade legitimadora”. Neste sentido, a língua portuguesa é evocada pela sua beleza, pelas possibilidades expressivas e pela importância na comunicação cotidiana com os “nativos” do país. Desse modo, a aprendizagem da língua supõe certas dificuldades, relativas ao que se considera mais evidente, no caso, a fala e a pronúncia. Depreende-se, assim, que a aprendizagem do português supõe etapas e evolução no sentido de uma melhor fala, ou ainda, fala e pronúncia corretas, que podem ser problematizadas como uma maneira de não se mostrar diferente ou estrangeiro devido ao seu sotaque.

CONCLUSÃO

A contribuição deste estudo preliminar consiste em problematizar se tais temas poderiam confirmar ou não certos posicionamentos e, por extensão, se seriam passíveis de se relacionar com as identidades supracitadas. Esse aspecto é de interesse, pois pode nos sugerir como determinados temas em nossas unidades didáticas, implicitamente, reforçariam determinadas identidades. Ainda quanto aos temas, esses podem suscitar outros temas relacionados entre si e para tanto precisam ter significado concreto para os participantes e devem conter conteúdo problematizador, como no caso em tela, o da dimensão identitária.

A importância desse estudo consiste em que ao desenhar outros cursos on-line voltados para esse público possamos fazê-lo considerando uma possível relação entre os temas propostos e a emergência das identidades. Assim, nos interessa problematizar como em contextos digitais emergem as diferentes identidades, reconhecendo, contudo, os desafios éticos e as limitações associadas às interpretações de dados on-line. Outro ponto a destacar diz respeito a que no planejamento e na execução de cursos direcionados à população migrante, tal como o do caso em foco, é preciso considerar, para além das dimensões propriamente linguísticas, o contexto sociológico, psicológico

e antropológico, consoante uma perspectiva interdisciplinar para a compreensão mais ampla do processo em que a aprendizagem e o ensino da língua se desenvolvem.

Por fim, concluímos, ressaltando a sua relevância temática, desdobramentos em termos de produção e geração de novos conhecimentos, contribuição para a área e por colocar-se, de forma clara, a natureza da problemática que envolve as práticas de linguagem contemporâneas e o cenário da atual conjuntura mundial da pós-pandemia frente às demandas do complexo cenário das migrações Sul-Sul.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Glaucia de Oiveira. Nova Lei de Migração no Brasil: avanços e desafios. *In*: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia M.; MOREIRA, Júlia B.; VEDOVATO, Luis Renato; FERNANDES, Duval. (org.). *Migrações sul-sul*. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 609-623.

BAENINGER, Rosana. Contribuições da academia para o pacto global da migração. *In*: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia M.; MOREIRA, Júlia B.; VEDOVATO, Luis Renato; FERNANDES, Duval (org.). *Migrações sul-sul*. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 17-22.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; SILVA, Sidney Antônio da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO, Maria da Consolação G.; COTINGUIBA, Marília Pimentel (org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

BRASIL. *Lei 6815, de 19 de agosto de 1980*. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: Presidência da República, 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 21 dez. 2024.

BRASIL. Senado Federal. *Lei 13.445, de 24 de maio de 2017*. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>. Acesso em: 21 dez. 2024.

CALEGARI, Marília; BAENINGER, Rosana. From Syria to Brazil. *Forced Migration Review*, Oxford, v. 51, p. 96, 2015.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comuns: identidade e significado na sociedade em rede. *In*: CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a. v. 2, p. 53-121.

CASTELLS, Manuel. Prefácio. *In*: CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018b. p. 11-30.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, Porto Alegre, RS, v. 16, n. 35, p. 274-305, 2014.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- FROTA SIMÕES, Gustavo da; SILVA, Leonardo Cavalcanti da; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. À guisa de introdução: imigração venezuelana no Brasil. In: FROTA SIMÕES, Gustavo da (org.). *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba: CRV, 2017. p. 9-12.
- HARRÉ, Rom. Positioning theory: moral dimensions of social-cultural psychology. In: VALSINER, Jaan (org.). *The oxford handbook of culture and psychology*. New York: Oxford University, 2012. p. 191-206.
- HARRÉ, Rom; MOGHADDAM, Fathali M. Recent advances in positioning theory. *Theory & Psychology*, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 5–31, 2009.
- HARRÉ, Rom; SLOCUM, Nikki. Disputes as complex social events: on the uses of positioning theory. In: HARRÉ, Rom; MOGHADDAM, Fathali (org.). *The self and others: positioning individuals and groups in personal, political, and cultural contexts*. London: Praeger, 2003. p. 123-136.
- HARRÉ, Rom; VAN LANGENHOVE, Luke. *Positioning theory: moral contexts of intentional action*. Oxford: Blackwell, 1999.
- KOZINETS, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.
- KOZINETS, Robert V. *Netnography: the essential guide to qualitative social media research*, London: Sage, 2020.
- KOZINETS, Robert V. *Netnography: doing ethnographic research online*. Londres: Sage, 2010.
- PEREIRA, José Carlos Alves. Buscando outros nortes na convergência para o sul. In: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia M.; MOREIRA, Júlia B.; VEDOVATO, Luis Renato; FERNANDES, Duval (org.). *Migrações Sul-Sul*. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 776-777.
- ROSSA, Lya Amanda; MENEZES, Marilda A. Entre migrações e refúgio: migrações Sul-Sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. p. 383-401. In: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia M.; MOREIRA, Júlia B.; VEDOVATO, Luis Renato; FERNANDES, Duval (org.). *Migrações Sul-Sul*. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 383-401.
- SCHWANDT, Thomas A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.
- STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (org.). *Direito e transnacionalidade*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 15-54.
- WODAK, Ruth. El enfoque histórico del discurso. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (org.). *Métodos del análisis crítico del discurso*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003. p. 101-142.